



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

CADERNO DE ENCARGOS

IMPLEMENTAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE REDES ITED E REDE WIRELESS NAS ESCOLAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



ÍNDICE

CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Cláusula 1.ª Objeto.....	3
Cláusula 2.ª Contrato	3
Cláusula 3.ª Preço base (Lotes)	4
Cláusula 4.ª Duração do contrato.....	4
Cláusula 5.ª Condições de pagamento	5
Cláusula 6.ª Direitos de propriedade intelectual e industrial	5
Cláusula 7.ª Sigilo	6
Cláusula 8.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	7
Cláusula 9.ª Perfis técnicos dos recursos a afetar aos serviços.....	7
Cláusula 10.ª Substituição das equipas.....	7
Cláusula 11.ª Entrega do projeto	8
Cláusula 12.ª Entregáveis e documentação	9
Cláusula 13.ª Responsabilidade do prestador de serviços	10
Cláusula 14.ª Sanções.....	11
Cláusula 15.ª Seguros	11
Cláusula 16.ª Responsabilidade pelos erros e omissões	12
Cláusula 17.ª Foro competente.....	12
Cláusula 18.ª Legislação aplicável	13
CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 19.ª Fases da prestação de serviços	13
Cláusula 20.ª Disposições por que se rege a prestação de serviços	15
Cláusula 21.ª Regulamentos e outros documentos normativos	16
Cláusula 22.ª Preparação e planeamento dos trabalhos	16
Cláusula 23.ª Desenhos, pormenores e elementos de Projeto.....	17
Cláusula 24.ª Regras de medição.....	17
Cláusula 25.ª Equipa de acompanhamento.....	17
Cláusula 26.ª Informações preliminares sobre o local da obra	17
Cláusula 27.ª Condições gerais de execução dos trabalhos.....	18
Cláusula 28.ª Cumprimento dos prazos de execução	18
Cláusula 29.ª Âmbito de intervenção do contraente público e da equipa de acompanhamento	18
Cláusula 30.ª Âmbito de intervenção do prestador de serviços	19
Anexo I - Programa Preliminar	19

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1 - O contrato a celebrar tem como objeto a aquisição de serviços de elaboração do projeto de definição/reabilitação da rede ITED e de rede wireless de cada escola da Região Autónoma dos Açores (RAA), nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas e no caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1- O contrato é celebrado por escrito contendo, sob pena de nulidade, a identificação completa do coordenador e respetivos autores do projeto, bem como a especificação das funções que assumem, classificação da obra e a identificação dos elementos de seguro de responsabilidade profissional.
- 2- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e integra ainda os seguintes elementos:
- a) Suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, doravante denominado CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Preço base (Lotes)

- 1- O preço base é de € € 95.530,00 (noventa e cinco mil, quinhentos e trinta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, discriminado por lotes do seguinte modo:

Lotes	Preço
Lote 2 – Santa Maria e S. Miguel	51.130 €
Lote 4 – Pico, Faial e S. Jorge	44.220 €

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de aquisição, levantamentos ou complementação de levantamentos, deslocação, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- São excluídas as propostas de um determinado lote, cujo valor seja superior ao preço base desse lote.

Cláusula 4.ª

Duração do contrato

1- O contrato terá a duração de 210 (duzentos e dez) dias seguidos, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 60 dias para a fase do Estudo Prévio e 150 dias para a fase do Projeto de Execução, excluindo a Assistência Técnica e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

2- A fase de Assistência Técnica corresponde ao período compreendido entre a fase de formação do contrato de empreitada e a conclusão do mesmo, estimando-se que tenha uma duração máxima de 365 dias.

3- Os prazos previstos no n.º 1 e 2 podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante, ou a requerimento do prestador de serviços, devidamente fundamentado.

4 - O requerimento previsto no número anterior deve ser acompanhado de plano de trabalhos, com a indicação, em pormenor das medidas que o prestador de serviço se proponha adotar.

5 - Os pedidos de prorrogação do prazo devem ser apresentados até 5 (cinco) dias após a data da verificação do facto que está na sua origem.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

- 1 - A faturação é efetuada nos seguintes termos:
 - a) Mediante entrega das fases de estudo prévio e do projeto de execução, conforme plano de pagamentos da proposta adjudicada.
- 2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 dias a contar da data da receção das faturas correspondentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 3 - Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Entidade Adjudicante emite um número de compromisso válido e sequencial, que o cocontratante deverá indicar nas faturas.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.
- 5 - O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.
- 6 - Aos pagamentos referidos serão acrescidas as revisões de preços calculadas nos termos da Lei.
Os honorários acima referidos são revisíveis de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = P_o \frac{I_t}{I_o}$$

em que:

P - é o valor do honorários a receber no mês t;

P_o – é o valor do pagamento relativo ao mesmo mês indicado no contrato.

I_t - é o índice de preços no consumidor total sem habitação relativo ao local da sede do projetista, relativo ao mês t;

I_o - é o índice de preços no consumidor, total sem habitação, para os Açores, relativo ao mês em que teve lugar a abertura de propostas.

Cláusula 6.ª

Direitos de propriedade intelectual e industrial

- 1 - São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 - O cocontratante obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Entidade Adjudicante incluindo os direitos autorais sobre todas as



criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.

- 3 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 7.ª

Sigilo

- 1 - O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da Entidade Adjudicante ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
- 2 - A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
- 4 - O cocontratante assume igualmente o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.
- 5 - O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da Entidade Adjudicante, nos termos legalmente previstos, relativa à proteção de dados pessoais e Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.
- 6 - O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 8.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

Cláusula 9.ª

Perfis técnicos dos recursos a afetar aos serviços

- 1 - Os projetos são elaborados em equipa de projeto, pelos técnicos necessários à sua correta e integral elaboração, podendo apenas integrar técnicos reconhecidos pelas respetivas ordens profissionais, executando tarefas na área das suas qualificações e especializações, nos termos indicados na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
- 2 - A equipa técnica a constituir pelo prestador de serviços deverá ter um coordenador de projeto a indicar na proposta, por escrito, à entidade adjudicante, o qual será o único interlocutor junto da entidade adjudicante.

Cláusula 10.ª

Substituição das equipas

- 1 - Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do contrato deve ser previamente comunicada à Entidade Adjudicante e só será aceite caso reúna os requisitos mínimos exigidos na cláusula anterior e seja equivalente ou superior ao perfil da equipa de projeto da proposta, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados.
- 2 - A substituição referida no número anterior deverá ocorrer da seguinte forma:
 - a) O cocontratante deverá, em 5 dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação pela Entidade Adjudicante;
 - b) O cocontratante deverá assegurar que nos 5 dias úteis após a aceitação o recurso inicia a prestação do serviço.
- 3 - Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente

expectável, poderá o Contraente Público exigir a sua substituição, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores.

4 – Qualquer alteração da equipa afeta a esta prestação de serviços deverá cumprir o estipulado no artigo 419º-A do CCP, na sua redação atual.

Cláusula 11.ª

Entrega do projeto

- 1 - Concluído o estudo prévio, este deverá ser remetido ao Contraente Público para aprovação, suspendendo-se a contagem do prazo da prestação de serviços, até o mesmo ser reenviado ao coordenador de projeto para correção e/ou desenvolvimento da fase seguinte.
- 2 - Caso o estudo prévio seja devolvido para correções, o projetista dispõe de quinze dias úteis para efetuar-las e reenviar o respetivo estudo para aprovação. O tempo que exceder esse período será deduzido do período destinado à elaboração da fase seguinte.
- 3 - Uma vez concluído o projeto de execução, este deverá ser remetido ao Contraente Público para aprovação.
- 4 - O projeto de execução poderá ser objeto de revisão, por entidade terceira, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro de 2015.
- 5 - Caso o projeto de execução seja devolvido para correções, o projetista dispõe de vinte dias úteis para efetuar-las e reenviar o projeto para aprovação. A cada dia de atraso, além do prazo contratual definido, poderá ser aplicada uma sanção pecuniária de natureza contratual, nos termos previstos neste Caderno de Encargos.
- 6 - O estudo prévio e projeto de execução deverão ser formalizados e entregues por forma a constituir um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra e integrar a totalidade dos elementos previstos na SECÇÃO I, da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

Cláusula 12.^a

Entregáveis e documentação

- 1 - O Adjudicatário deve fornecer à Entidade adjudicante o original devidamente assinado, de todos elementos necessários à execução do projeto, bem como dos elementos do projeto em suporte digital.
 - 2 - Sempre que o projeto ou respetiva informação de suporte sofram quaisquer alterações, é obrigação do Adjudicatário fornecer à Entidade adjudicante as versões definitivas dos documentos em questão, nos moldes referidos no n.º 1.
 - 3 - Na fase de Assistência técnica à empreitada, e nos casos abrangidos pelo número anterior, o Adjudicatário comunica ao empreiteiro e fiscalização a ocorrência das alterações ao projeto de execução, com indicação das peças que, a partir de então, se encontram desatualizadas e não devem ser atendidas em obra, devendo fornecer-lhes os respetivos elementos atualizados e a considerar, após aprovação dos mesmos por parte da Entidade adjudicante.
 - 4 - O Adjudicatário é responsável por quaisquer prejuízos decorrentes na execução da empreitada, por incumprimento do dever de informação a que se alude no número anterior.
 - 5 - Número de Exemplares;
- Após a aprovação do Estudo Prévio ou do Projeto de Execução pelo Contraente Público deverão ser entregues 3 (três) exemplares completos, conforme se discrimina:
- a) um original em formato físico (papel), assinado, para reprodução;
 - b) um exemplar em suporte digital;
 - c) um exemplar constituído por todas as peças escritas e desenhadas em formato PDF, por forma a refletir a estrutura do Projeto nos respetivos volumes em papel.
 - a. As peças desenhadas deverão ser também entregues em DWF e/ou DWG.
 - b. Os Mapas de Quantidades de Trabalho e Medições Detalhadas deverão ser entregues também em formato XLS.
 - c. Sempre que possível, todas as peças desenhadas relativamente a plantas ou alçados, deverão mencionar as respetivas escalas.



Formato da Informação

Informação em Formato Digital

O(s) CD devem estar identificados com o nome do projeto e do volume respetivo, numerados com indicação do número de ordem no total de CD.

A informação contida no CD deverá estar organizada numa estrutura em árvore correspondente ao normal conceito de pastas e subpastas.

Informação em Formato Físico

As peças escritas dos exemplares a fornecer serão apresentadas em folhas de formato A4 e as desenhadas em folhas de formato A4, A3, A2 e/ou A1, devendo ser encadernadas e/ou guardadas em caixas próprias numeradas, identificadas com a designação do Projeto de Execução e do volume respetivo. No início de cada volume deverá ser incluído um índice global do Projeto de Execução e no início de cada documento encadernado deverá ser incluído um índice do volume.

Quaisquer referências às escolas, respetivos equipamentos ou infraestruturas nas peças acima descritas, deverão ser obrigatoriamente identificadas através do Nr. da Escola nos termos do Anexo 1 do programa preliminar (Ex. Escola nº **209** - EB2,3 Arrifes)

Cláusula 13.^a

Responsabilidade do prestador de serviços

- 1 - O prestador de serviços responde pelos danos que causar à Entidade adjudicante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das disposições seguintes.
- 2 - O prestador de serviços responde ainda perante a Entidade adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato a celebrar, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
- 3 - O prestador de serviços é responsável pelo cumprimento do artigo 419º-A do CCP, na sua redação atual.

Cláusula 14.ª

Sanções

- 4 - Em caso de atraso no início ou na conclusão do serviço por facto imputável ao prestador de serviço, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente ao valor de 1% do preço contratual, não podendo o montante total exceder 20% do valor da prestação de serviços.
- 5 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução do serviço por facto imputável ao prestador de serviço, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
- 6 - O prestador de serviço tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução do serviço quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e o serviço seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.
- 7 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 8 - A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
- 9 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
- 10 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

Cláusula 15.ª

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro de responsabilidade civil extracontratual destinados a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, nos termos da legislação em vigor, e de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nas apólices constar uma cláusula pela qual a entidade se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços.



2 – O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, à exceção dos que foram exigidos nos documentos de habilitação, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

3 – O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

4 – As condições estabelecidas nos números anteriores abrangem igualmente a atividade dos empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente envolvidas na atividade do segurado quando ao serviço deste e desde que sobre elas recaia também a obrigação de indemnização, bem como os eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o prestador de serviço perante a contraente público pela sua observância.

5 - Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correm por conta do prestador de serviços.

Cláusula 16.ª

Responsabilidade pelos erros e omissões

O prestador de serviços é responsável pelos erros e omissões do projeto, decorrentes do incumprimento de obrigações de conceção, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 378.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada.

Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de dezembro de 2015 - Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores, no Código dos Contratos Públicos, na Portaria 701-H/2008, de 29 de julho e demais legislação aplicável.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 19.ª

Fases da prestação de serviços

1 – A prestação de serviços compreende as fases de elaboração do estudo prévio, a fase do projeto de execução da definição/reabilitação da rede ITED e rede wireless, e dos seus equipamentos ativos e passivos, de forma a garantir um valor de velocidade de transferência de dados superior a 1 Gb, conforme previsto no programa preliminar constante do Anexo I, e ainda a fase de assistência técnica:

Sem prejuízo do especificado no Programa Preliminar constante do Anexo I, o projeto deverá formar um conjunto único com:

I) Estudo Prévio

- a) Memória descritiva com a definição da solução da rede ativa a implementar;
- b) definição dos equipamentos ativos para o cumprimento da velocidade tráfego de dados superior a 1Gb;
- c) definição da localização dos equipamentos ativos em planta;
- d) indicação, em planta, da localização dos equipamentos ativos pré-existentis, passíveis de serem reaproveitados;
- e) definição dos mapas de quantidades, e medições detalhadas, dos equipamentos ativos a adotar;
- f) layout do software de simulação da cobertura da rede wireless (“Heatmaps”), onde devem constar os dados de entrada no software que foi usado, nomeadamente a planta e os materiais e tipos de obstáculo à transmissão do sinal da rede.



- g) Caso seja utilizado software de otimização de posicionamento de AP's, deverá ser providenciada a designação do mesmo, bem como os respetivos "Heatmaps" de radiação do sinal.

II) Projeto de Execução

- a) Memória descritiva com a definição das soluções e dos materiais e equipamentos ativos e passivos a utilizar;
- b) Peças desenhadas com o esquema de princípio das redes de tubagem e de dados a instalar;
- c) Marcação em planta da localização aproximada de todos os pontos de rede e todos os equipamentos passivos e ativos de rede, com diferenciação dos equipamentos ativos e passivos pré-existent, passíveis de serem reaproveitados;
- d) Marcação em planta dos caminhos de cabo da rede passiva;
- e) Definição dos mapas de quantidades, e medições detalhadas, de todos os trabalhos e equipamentos necessários à reabilitação/definição das redes ativas e passivas, com a respetiva estimativa de custo da intervenção;
- f) Definição das condições técnicas dos trabalhos a executar e equipamentos a adquirir;
- g) Termo de responsabilidade do técnico do projeto de ITED, bem como Declaração desse técnico atestando que a rede wireless proposta para a escola cumpre a velocidade de tráfego mínimo de 1 Gb.

III) Acresce a prestação da assistência técnica à fase de execução da obra durante a vigência do contrato

2 – As condições técnicas de execução dos trabalhos da prestação de serviços serão as deste Caderno de Encargos e do programa preliminar constante do Anexo I, e as que, eventualmente, vierem a ser acordadas em alterações, devidamente aprovadas.

Cláusula 20.ª

Disposições por que se rege a prestação de serviços

1 – Na execução dos trabalhos constantes da presente prestação de serviço observar-se-ão:

a) o Código dos Contratos Públicos (CCP), bem como o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, o qual estabelece regras especiais de contratação pública para a Região Autónoma dos Açores e pela restante legislação especialmente aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à Segurança Social, ao desemprego, à responsabilidade civil perante terceiros e à revisão de preços;

b) a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho;

c) a Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;

d) a Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro;

e) restante legislação aplicável a esta prestação de serviço, nomeadamente regulamentos.

2 - Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea a) do número anterior serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais, cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

3 - O diploma legal referido na alínea b) do n.º 1 será observado em tudo o que não é contrariado por este Caderno de Encargos, sendo que deverá ter-se em conta a classificação da obra por categoria.

4- As soluções a desenvolver, e a definição dos equipamentos a adotar nessas soluções, deverão, obrigatoriamente, ter em conta o levantamento das redes existentes, e respetivos equipamentos, reutilizando esses equipamentos existentes, sempre que estes garantam a qualidade da solução a adotar.

Deverão ser representadas nas plantas fornecidas e, quando necessário, deverão ser completadas essas plantas.

5- Os equipamentos ativos a adotar, nomeadamente Access Points (AP's) e Switch's deverão ser compatíveis com a controladora Wi-Fi existente, Cisco Catalyst 9800; e ser preferencialmente da marca Cisco, não podendo ter características inferiores à dos seguintes:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

- a) Access Points (AP's) para o interior da escola – Cisco Aironet 1815i – E – K9 + licença LIC-CT5520-1A – Cisco 5520 Wireless Controller 1 Ap Adder License
- b) Access Points (AP's) para o exterior da escola – Cisco Aironet 1852e – E – K9 + licença LIC-CT5520-1A – Cisco 5520 Wireless Controller 1 Ap Adder License
- c) Switch's – Cisco Catalyst 9200L 24-port PoE+, 4x 10G, 70

6- O projeto da rede passiva deverá respeitar a definição da rede ativa que é fornecida na fase do estudo prévio, nomeadamente as condições definidas nessa fase, bem como a localização pré-definida dos AP's e Switch's que foram definidas no estudo prévio.

7- O cabo a utilizar na definição da rede passiva terá de ser de categoria 6 ou superior.

8- Na remota eventualidade de ser necessário outro equipamento que não os listados, deverá ser informado o Contraente Público, e concomitantemente deve ser apresentada uma justificação técnica detalhada para a adoção desse equipamento, incluindo estimativa de custo, cabendo à DROP a decisão final de aquisição desse equipamento.

Cláusula 21.ª

Regulamentos e outros documentos normativos

1 – Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o prestador de serviço obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com a presente prestação de serviços a realizar.

2 – Além dos documentos normativos indicados neste caderno de encargos, o prestador de serviço obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as especificações técnicas nacionais e europeias.

3 – O contraente público pode, em qualquer momento, exigir do prestador de serviços a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

Cláusula 22.ª

Preparação e planeamento dos trabalhos

1 - A preparação e planeamento da execução do Projeto compreendem:

- a) a apresentação ao prestador de serviços, pelo contraente público, de quaisquer dúvidas relativas quanto à metodologia de trabalho.



b) esclarecimento das dúvidas anteriormente referidas pelo prestador de serviço.

2 - O prestador de serviço é o responsável perante o contraente público pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da prestação de serviços.

Cláusula 23.ª

Desenhos, pormenores e elementos de Projeto

1 - O projeto de execução deverá conter todos os elementos previstos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

2 – A preparação do anúncio, programa de procedimento e caderno de encargos da empreitada, no que respeita às cláusulas jurídicas/administrativas, não será da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 24.ª

Regras de medição

Os critérios a seguir na medição dos trabalhos a incluir no projeto de execução serão os seguintes, respeitando-se a ordem de prioridade:

- a) as normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) as normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o contraente público e o prestador de serviço.

Cláusula 25.ª

Equipa de acompanhamento

O contraente público nomeará uma equipa de acompanhamento da execução da prestação de serviços, sendo a composição da mesma comunicada ao prestador de serviço.

Cláusula 26.ª

Informações preliminares sobre o local da obra

1 – Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Contrato, entende-se que o prestador de serviço se inteirou das condições de realização das tarefas referentes à prestação de serviços.



2 – A falta de informações relativas às condições locais, ou a sua inexatidão, só poderá servir de fundamento para reclamações quando os trabalhos a que der origem não estejam previstos no programa preliminar nem sejam notoriamente previsíveis na inspeção local realizada na fase do procedimento.

Cláusula 27.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 – O Projeto deve ser executado em perfeita conformidade com este Caderno de Encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Quando este Caderno de Encargos não defina essas características, fica o prestador de serviço obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 22.ª das cláusulas técnicas.

3 – O prestador de serviços, sempre que possível, deve prever a utilização dos materiais previstos no Catálogo de Materiais Endógenos dos Açores, disponível no sítio da internet, do Laboratório Regional de Engenharia Civil dos Açores.

Cláusula 28.ª

Cumprimento dos prazos de execução

O prestador de serviço informará quinzenalmente o contraente público dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma de tarefas que constituem a prestação de serviços e os prazos previstos para a respetiva execução.

Cláusula 29.ª

Âmbito de intervenção do contraente público e da equipa de acompanhamento

Para além das demais obrigações previstas na lei e no presente Caderno de Encargos, incumbe ainda ao contraente público e à equipa de acompanhamento:

- a) prestar e fornecer as informações e os elementos indispensáveis ao início e desenvolvimento da prestação de serviços;
- b) não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresso consentimento do prestador de serviço, qualquer informação, da parte deste, recebida com a classificação de confidencialidade;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS

c) respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento estabelecidos por forma escrita para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolvam terceiros.

Cláusula 30.ª

Âmbito de intervenção do prestador de serviços

Para além das demais obrigações previstas na lei e no presente caderno de encargos, incumbe ainda ao prestador de serviços:

- a) prestar os serviços objeto do presente contrato com a competência e diligência adequadas à execução da proposta a que está vinculado, defendendo os legítimos interesses e expectativas do contraente público, principalmente no que se refere às relações com terceiros;
- b) comunicar ao contraente público, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da aquisição de serviços contratado;

Anexo I

Programa Preliminar